Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca

BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PRESIDENTE MÉDICI

O Sinal do Amanhã

«O Sinal do Amanhã» é o segundo e último volume de pronunciamentos do Presidente Médici, no terceiro ano de seu período, sétimo livro de discursos de todo o seu tempo de governo.

Neste volume, desde a admirável motivação cívica da capa — uma vez mais confiada ao talento de Ferdy Carneiro — até o número maior de discursos, tom prevalente é o da comemoração do Sesquicentenário de nossa Independência.

A esse tema foram dedicados 5 discursos. Em «Retorno ao solo», o Presidente Médici recebe os restos mortais do Imperador Pedro I, em nome da nação brasileira. «Ideal comum» e «Testemunho de reconhecimento» são saudações aos estadistas portugueses: Américo Tomás e Marcello Caetano.

Em «O grande ato», discurso com que, a 21 de abril, participou do grande Encontro Cívico, na inauguração das comemorações, volta-se o Presidente para o passado: «Reunidos nesta mesma hora, em milhares de encontros, por todas as cidades e todos os povoados do Brasil, concentramos, na memória do grande alferes, do cavaleiro e porta-estandarte dos ideais de justiça e liberdade, nossa homenagem a todos os heróis, consagrados, esquecidos ou anônimos, que, antes e depois do gesto do Ipiranga, ajudaram a fazer desta terra uma grande nação.»

«O Sinal do Amanhã» é a mensagem de encerramento das solenidades oficiais do Sesquicentenário, com que o Presidente Médici convoca o povo a voltar-se para o futuro e a concentrar-se no ideal de concórdia, com os anseios da renovação: «Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz,

o limiar da aberta claridade. No tempo em que a humanidade começa a perceber que é mais fácil invadir e dominar a órbita dos astros que harmonizar os caminhos do homem, sejamos nós exemplo de concórdia, de convivência fraterna, de convergência de impulsos e de organização social. Um grande país todo dia se renova na imaginação criadora, na coragem e na vontade de seus filhos.»

Três outros pronunciamentos são discursos de Estado, quando da visita ao Brasil dos Presidentes da Argentina e da Bolívia: «Visita fraterna», «Temas do diálogo» e «Espírito aberto».

«A irredutível fidelidade» e «Sob o signo da Justiça», pronunciados a 31 de março e quando da inauguração da sede do Ministério da Justiça em Brasília, são mensagens de convicção revolucionária, palavras firmes e sóbrias de afirmação da solidez, da coesão e da constância do regime, do processo e dos seus instrumentos jurídicos.

Há ainda dois pronunciamentos feitos em reuniões de caráter administrativo, dando diretrizes ao Conselho Monetário Nacional e, o último de todos, revelando à Nação, perante o Ministério reunido, medidas de corajoso lançamento sobre o futuro: a construção da rodovia Perimetral Norte, o Programa Especial de Vias Expressas, a segunda fase do Programa de Corredores de Exportação e o Programa de Apoio à Indústria Básica do Nordeste.

E ao anunciar essas ações eminentemente multiplicadoras, o Presidente confirma o sentido de transformação de seu governo: «Conciliando, quanto possível, a mudança com a continuidade, o regime, sem esmorecer o seu ímpeto criador, modifica, incessantemente, as feições da sociedade brasileira, com inalterável prudência, firmeza e realismo.»

O Sinal do Amanhã

Publicações anteriores:

O JOGO DA VERDADE (3.ª edição)
NOVA CONSCIÊNCIA DE BRASIL (2.ª edição)
A VERDADEIRA PAZ (2.ª edição)
TAREFA DE TODOS NÓS (2.ª edição)
O POVO NÃO ESTÁ SÓ (2.ª edição)
NOSSO CAMINHO

O Sinal do Amanhã

Emílio Garrastazu Médici

2ª edição

Presidência da República
BIBLIOTECA

Capa de FERDY CARNEIRO

"Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade."

VISITA FRATERNA

"Além do prazer que nos proporciona a visita fraterna do Chefe de Estado da nação argentina, a presença de Vossa Excelência entre nós testemunha e fortalece a longa e indestrutível amizade que nos une."

SENHOR Presidente:

É para mim motivo de profunda satisfação dar a Vossa Excelência, no momento em que pisa território brasileiro, as mais cordiais e afetuosas boas-vindas.

Além do prazer que nos proporciona a visita fraterna do Chefe de Estado da nação argentina, a presença de Vossa Excelência entre nós testemunha e fortalece a longa e indestrutível amizade que nos une, amizade fundada no conhecimento mútuo, na continuidade dos contatos históricos e na busca de constante entendimento, necessário ao bom êxito dos nossos esforços para a plena realização do destino a que aspiramos.

Com a perfeita consciência da importância crescente que assumem as relações entre os nossos países, estamos dispostos a empenhar-nos para ampliar e aprofundar ainda mais um convívio fecundo, que não só favorece o desenvolvimento de nossos espaços nacionais, como contribui, ainda, para tornar inabalável o sistema de solidariedade das nações do hemisfério.

Quis Vossa Excelência acrescentar ao alto significado desta visita um gesto de grande conteúdo simbólico, eloqüente manifestação de afeto do povo

argentino ao povo brasileiro, vindo, em pessoa, proceder à entrega da estátua — a cuja inauguração amanhã presidiremos — do herói máximo da nacionalidade argentina, o Libertador Don José de San Martin.

As conversações que manterei com Vossa Excelência, num ambiente de compreensão e realismo, sobre os problemas mundiais e continentais e sobre as perspectivas cada vez mais amplas das relações entre a Argentina e o Brasil contribuirão indubitavelmente para reforçar ainda mais os laços de colaboração e harmonia entre os nossos dois países, como exige a nossa ativa vizinhança, como reclama a identidade espiritual que presidiu à formação de nossos povos e como requer a esperança que pomos num futuro de paz, progresso e bem-estar para todo o continente.

Esteja entre nós, Senhor Presidente, em sua casa.

(Saudação ao Presidente ALEJANDRO LANUSSE, da Argentina, em seu desembarque no aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, dia 12 de março de 1972).

OS TEMAS DO DIÁLOGO

"Mudando os temas do diálogo, não mudou, todavia, ao longo dos anos, o clima de harmonia entre o Brasil e a Argentina, indispensável para a segurança, o progresso e o bem-estar de todo o hemisfério."

Senhor Presidente:

As demonstrações de cordialidade e simpatia com que tem sido Vossa Excelência acolhido entre nós testemunham, em sua espontaneidade, que o povo brasileiro se une a seu governo para exprimir a mais fraternal amizade à nação argentina.

Inscreve-se Vossa Excelência, com esta visita, entre os estadistas que, em nossos dois países, fizeram da aproximação e colaboração recíproca o princípio fundamental de sua política exterior. Souberam eles responder, assim, com alto descortino, tanto às exigências de nossa condição geográfica, que nos faz vizinhos, como às injunções da identificação espiritual, que nos tem impelido ao mais estreito entendimento, por via de política imaginativa, constante e criadora, já no campo bilateral, já no âmbito multilateral do sistema interamericano, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e do Tratado da Bacia do Prata.

Desde o seu acesso, quase simultâneo, à vida independente, Brasil e Argentina atuam, conjuntamente e com firmeza, em diálogo ininterrupto, para a solução dos problemas comuns e pelo progresso harmonioso da comunidade latino-americana.

Teve o Brasil a feliz oportunidade de acolher alguns dos mais eminentes antecessores de Vossa Excelência, homens da estatura do Presidente Mitre e do Presidente Roca — estes por mais de uma vez em missão entre nós — bem como do Presidente Justo, tão ligado afetivamente à nação brasileira. Sem esquecer outros grandes vultos da história argentina, cumpre-me ressaltar, entretanto, o do insigne Roque Saenz Peña, autor da frase famosa e sempre atual: "Tudo nos une e nada nos separa", frase que exprime, com inexcedível clareza e precisão, a comunidade de nossos interesses e a harmonia das relações entre os nossos países.

Os temas prioritários de nossa agenda diplomática se transformaram ao ritmo cada vez mais acelerado da evolução histórica, que, neste continente, não se processa somente no tempo, mas também no espaço, pela ocupação progressiva dos territórios que herdamos.

Mudando os temas do diálogo, não mudou, todavia, ao longo dos anos, o clima de harmonia entre o Brasil e a Argentina, indispensável para a segurança, o progresso e o bem-estar de todo o hemisfério.

Juntos nos empenhamos na tarefa de promover o desenvolvimento econômico, que consolida e assegura a independência política. Unidos nos esforçamos por incrementar cada vez mais o comércio entre os nossos dois países e conquistar novos mercados em todas as áreas do mundo. Coesos defendemos os mesmos princípios contra a cristalização de posições de poder, contra os obstáculos que se erguem nos mercados dos países altamente desenvolvidos, em prejuízo do crescimento de nossas exportações. Solidários tra-

balhamos para acelerar, em nossos países, a revolução industrial e apressar-lhes o pleno ingresso na grande revolução tecnológica de nosso tempo.

Estamos firmemente decididos a encurtar as distâncias que nos separam dos países altamente industrializados. Enquanto nos absorvíamos na gesta da independência, enquanto nos empenhávamos, com todas as forças, em consolidar soberania de data recente, enquanto nos devotávamos à organização política de nossos países, outras nações, em outros continentes, eram sacudidas pelo grande movimento de renovação econômica e tecnológica, que iria alterar profundamente a fisionomia da História, as instituições sociais ou políticas e os padrões de comportamento dos povos.

Mobilizando todos os recursos para modernizar e desenvolver nossos países, sabemos que nos cumpre vencer vários estágios de crescimento para impedir que se criem novas formas de oligopólio científico e tecnológico, bem como nova divisão do mundo, ainda maior e mais perturbadora do que a dicotomia ora vigente entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

Estamos decididos a ser protagonistas da História, participar plenamente das decisões mundiais que possam afetar o nosso destino e fazer com que realmente o progresso das nações contribua para o progresso de toda a humanidade.

Exigem estes grandes propósitos, para seu pleno cumprimento, intenso trabalho em comum, porquanto somente assim garantiremos para os nossos dois países e para toda a América um clima de ordem, segurança e tranqüilidade.

Apóia-se esse comportamento nas melhores tradições continentais, no princípio de não interven-

ção e no integral respeito à soberania nacional. Inspira-se, também, na constante boa fé nas relações entre os Estados, na observância dos preceitos de justiça — bases de uma paz duradoura — e na unidade espiritual da América.

É-me sumamente grato ressaltar que Vossa Excelência é o primeiro Presidente da nação argentina a ser recebido pelo Brasil em sua nova capital.

A visita de Vossa Excelência será sempre recordada pelo alto sentido que soube emprestar às relações argentino-brasileiras e ao papel de nossos países no concerto das nações. Indispensável se faz lembrar que está vinculada essa visita, por igual, a inestimável testemunho de amizade: a inauguração, no Rio de Janeiro, da estátua do Libertador General Don José de San Martin, herói militar, pensador político e homem de ação, a quem o amor da liberdade levou a escrever transcendente página da História, legando a seu povo e à América um dos mais nobres exemplos de desambição e renúncia.

As relações entre a Argentina e o Brasil são exemplo permanente da capacidade de nossos povos de construírem, nestas terras da América, duas grandes nações, unidas no respeito às soberanias nacionais e ao princípio da igualdade jurídica dos Estados, ciosas de suas tradições e seguras de seu destino histórico.

É com particular satisfação que, em nome da nação brasileira, peço levantemos nossas taças à saúde da Senhora Lanusse, do Presidente da nação argentina e à crescente prosperidade da nobre pátria vizinha e amiga.

(Discurso do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, durante banquete oferecido ao Presidente ALEJANDRO LANUSSE, da Argentina, no Palácio do Itamarati, a 13 de março de 1972).

A IRREDUTÍVEL FIDELIDADE

"Sem vacilar ou desfalecer um só instante, cumpre a Revolução de Março, desde o seu irrompimento, com irredutível fidelidade, o compromisso que, em momento grave de nossa história, assumiu perante o País de lhe restituir a ordem e a segurança, bem como de rasgar novas e largas avenidas para a sua prosperidade e o seu progresso."

SEM vacilar ou desfalecer um só instante, cumpre a Revolução de Março, desde o seu irrompimento, com irredutível fidelidade, o compromisso que, em momento grave de nossa história, assumiu perante o País de lhe restituir a ordem e a segurança, bem como de rasgar novas e largas avenidas para a sua prosperidade e o seu progresso.

Imensa e multiforme se desenhava a obra de reconstituir os fundamentos da comunidade brasileira, perigosamente abalados pelo descalabro econômico-financeiro, pela malversação dos dinheiros públicos, pela desordem administrativa e pela turbulência insuflada, por agentes da subversão, na atmosfera social e política. Tamanha, porém, como a tarefa a efetuar se revela, ao longo destes oito anos, a capacidade revolucionária de levá-la a bom termo.

Instaurando, na vida pública, desde a primeira hora, estilo inteiramente novo de comportamento, a ordem revolucionária inaugurou, desde a sua implantação, maneira radicalmente nova de tratar e solver os problemas nacionais.

Com prudência exemplar e agudo realismo, com imaginação criadora e estrita objetividade, com largo domínio dos princípios que regem a vida econômico-social e inteligência prática para colocá-los a serviço do interesse público, com adesão inabalável à regra

da mais rigorosa austeridade na vida administrativa ou política e suficiente energia para não admitir que se viole esse padrão de conduta, os governos da Revolução transformam, metódica e fundamente, as nossas estruturas sociais, acumulando, na missão de garantir a segurança nacional e proporcionar ao povo melhores condições de vida, êxitos consideráveis, cuja evidência não sofre contestação.

Particular significação revestem, sobretudo, os resultados colhidos pela política governamental no campo econômico-financeiro. Além de se haver atingido alto nível no crescimento da produção e gerado poupança em condições de sustentá-lo, assegurou-se também razoável padrão de estabilidade monetária, minorando-se, quanto possível, os efeitos da inflação. Conseguiu-se, igualmente, adequado equilíbrio do balanço de pagamentos, bem como volume de reservas capaz de imprimir à economia nacional a segurança precisa em face das mutações a que está sujeito o comércio exterior. Elevaram-se, ainda, os índices de emprego da mão-de-obra e diminuíram-se as disparidades regionais.

Por quatro anos consecutivos se assinalam, em nossa economia, taxas de crescimento que, sobre registrarem, nesse campo, o mais elevado progresso da nossa história, nos colocam entre os países em maior desenvolvimento no mundo. Comprova-se, desse modo, que os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional, nem constituem simples conseqüência de fatores eventuais, mas resultam, ao invés, dos rumos certos e definitivos a que se encaminhou o País, com a plena utilização de seus recursos naturais, do seu potencial de trabalho e dos demais fatores de produção.

Tudo quanto se fez até aqui, nessa esfera, traduz o que, nas circunstâncias, era possível fazer, porém não envolve, certamente, tudo quanto é necessário se faça, a fim de acudir, como convém, às exigências da Nação. Para tanto, cumpre se removam graves e difíceis obstáculos, entre os quais o da persistência — se bem que em grau consideravelmente reduzido — da chaga inflacionária, que se apresenta, aliás, no quadro internacional, como espécie de mal do século.

Embora haja quem sustente existir nexo favorável de causa eficiente entre inflação e desenvolvimento, a verdade é que a inflação dificulta o crescimento econômico, entrava o progresso, estimula a instabilidade social, refletindo-se de maneira angustiante sobre o orçamento familiar.

Não sendo possível, no entanto, combater a inflação por meios drásticos, sem estagnar, com isso, a vida econômica, inclinou-se a política governamental pela adoção de fórmula que conciliasse o imperativo de lutar contra a torrente inflacionária com a necessidade de estimular, ao mesmo tempo, a economia.

Em vez de se atacar, pois, a inflação de modo radical, investiu-se contra ela gradativamente, mediante sucessivas reduções anuais, ao mesmo passo que se tomavam medidas para evitar que os efeitos perniciosos da pressão inflacionária embaraçassem o crescimento econômico.

Recorrendo-se, pois, a processo gradualista para o combate à incontinência inflacionária, que nos assoberbava, resolveu-se, em última análise, conviver com ela por algum tempo até a sua completa extirpação da vida econômico-financeira. Para proteger, no

entanto, o progresso do País contra os malefícios dessa convivência, provisoriamente inevitável, armou-se imaginoso e complexo sistema de defesa contra os seus efeitos mais perturbadores, contando-se entre as providências suscitadas com esse objetivo a reavaliação do ativo das empresas — ativo fixo e ativo circulante —, a correção monetária, o reajustamento anual dos salários e a taxa flexível de câmbio, instituída para atenuar ou até eliminar as conseqüências prejudiciais da inflação sobre o balanço de pagamentos.

Essas providências, conquanto imprescindíveis para sustentar o desenvolvimento da economia, não deixam de ser fonte, a seu turno, de novos impulsos para a manutenção do processo inflacionário. Posto se haja conseguido, a despeito disso, reduzir a taxa de inflação — que andava, em março de 1964, por volta dos noventa por cento — para os vinte por cento em torno dos quais agora vem girando, é natural chegar-se a um ponto em que o sistema tende a cristalizar-se, tornando-se mais rígido e mais difícil de ser alterado.

Sendo impreterível, no entanto, imprimir maior eficiência ao sistema, quer para fazer face às dificuldades inerentes à manutenção do processo de crescimento econômico, que o País deve sustentar para manter o ritmo de progresso experimentado nos últimos quatro anos, quer para conter a alta do custo de vida, que é a maior inimiga do bem-estar da família brasileira, cumpre assumir, imediatamente, diante do problema, nova postura.

Serão redobrados, pois, a partir deste momento, na órbita federal, os esforços para que se acentue, com maior rapidez, o domínio sobre a inflação, a fim

de reduzi-la a níveis que não ameacem a prosperidade do País, nem agravem as condições de vida do povo.

Para levar a bom termo esse programa é necessário, porém, que aos esforços do Governo Federal se conjuguem os de todos os brasileiros, homens de governo ou homens da atividade privada, empregadores ou empregados.

Dos governantes, no plano estadual ou municipal, se espera que guardem o equilíbrio orçamentário, reduzam as despesas de custeio, selecionem os investimentos a realizar com os próprios recursos e se abstenham de pressionar o sistema financeiro e o mercado de capitais em busca de novos financiamentos.

Aos empresários se requer que evitem remarcações de preços sem motivo razoável, antecipando-se, dessa maneira, a expectativas infundadas de aumentos de custos, sobre os quais deve pronunciar-se o Conselho Interministerial de Preços.

Compete ao sistema financeiro, por sua vez, reduzir o custo do dinheiro, visto que nenhuma economia de mercado pode funcionar com eficiência sob taxa de juros ao nível em que atualmente se encontra. Sobre concorrer, desta sorte, para que a produção nacional possa competir, no mercado internacional, com a de outras procedências, contribuirá o mercado financeiro, também, para estabilizar o custo de vida.

Impulsionado com energia, racionalidade e segurança, o crescimento do País, no plano econômico, ultrapassa as expectativas mais otimistas e surpreende, pelas suas proporções, a opinião internacional. O excepcional progresso registrado quanto ao desenvolvimento econômico, progresso que, no exte-

rior, se define como milagre brasileiro, não nos faz esquecer, contudo, as dificuldades que cumpre superar, seja para manter esse ritmo de crescimento, seja para distribuir-lhe os frutos de modo mais equitativo.

Não nos esquece, notadamente, o vínculo que existe entre o grau de produtividade e o grau de instrução, entre o crescimento econômico e a disseminação de técnicas para promovê-lo mais rapidamente. Não nos esquece que a pobreza rural, de caracteres tão críticos e aflitivos em algumas porções do nosso território, está associada, em grande parte, ao baixo nível educacional nessas áreas. Não nos esquece, também, que, na total erradicação do analfabetismo, assim como no aperfeiçoamento e difusão do ensino, em todos os graus e setores, reside o processo mais seguro e eficaz para obter que a renda nacional venha a distribuir-se, por todas as categorias sociais, de modo mais justo. Não nos esquece, por conseguinte, que ao muito já realizado, no campo educacional, muito ainda se deve acrescentar para assegurar a todos igual oportunidade de progresso social e garantir a cada um as condições necessárias para modelar o próprio destino, de acordo com os seus dotes pessoais.

Planos e programas de grande envergadura se desdobram, nas mais diversas áreas, para fortalecer a unidade nacional, ampliar as fronteiras sociais e econômicas, fazer com que se interpenetrem as zonas comerciais e culturais, estimular a agricultura, a indústria e o comércio, incrementar as exportações, atenuar as disparidades regionais, melhorar e estender a assistência social, assegurar aos empregados — entre eles os servidores públicos — a formação de patrimônio e desenvolver socialmente o País.

Empenhado na execução pontual e rigorosa desses planos e programas, tenho consciência das dificuldades a vencer e dos sacrifícios exigidos para que esses grandes empreendimentos se realizem de acordo com as suas especificações e cronogramas. Conheço, também, a magnitude da energia requerida para enfrentar os problemas oriundos do abuso do poder econômico, que é preciso combater por todas as formas; da estrutura do nosso sistema agrário, que cumpre reformar quando o reclame o interesse social; da deficiência no atendimento médico, sanitário e farmacêutico, que se faz urgente remediar; bem como de outras falhas verificadas, quer no reconhecimento, quer na tutela dos direitos sociais.

Todo esse vasto programa governamental, traçado em consonância com os princípios que informam o regime revolucionário, terá a sua realização fundamente perturbada se vier a quebrar-se o clima de tranqüilidade em que vive o País.

Nada mais indispensável, portanto, ao interesse público do que preservar a sociedade brasileira da agitação que acarretará a abertura extemporânea do debate sucessório, assim quanto ao governo da União, como a respeito dos governos estaduais.

Constitui, pois, grave desserviço ao País abrir essa questão política, quando ainda distante a data em que o problema se deve propor. Somente na segunda metade do ano vindouro os Partidos terão de definir-se quanto à sucessão presidencial, estando bem mais longe a data em que serão chamados a pronunciar-se acerca da sucessão na esfera estadual.

É engano pensar que o sistema revolucionário pode ser levado a transigir quanto aos seus princípios

ou desviar-se do estilo de comportamento, político ou administrativo, que o tem marcado.

Reafirmando, pois, no dia de hoje, 31 de março, quando transcorre o seu oitavo aniversário, a inabalável fidelidade do regime aos postulados em nome dos quais foi implantado, nada mais faço do que reiterar a adesão dos homens da Revolução a princípios cuja observância permitiu se acendesse no coração de nossa gente, pelo que, em seu favor, já se fez, assim como pelo que está em vias de fazer-se, justificada expectativa de prosperidade crescente, maior bem-estar e mais perfeita justiça social.

Coincidindo, este ano, a data de hoje com a consagrada, pela tradição cristã, ao eterno e pungente drama da Paixão, o dia 31 de março leva-nos a sondar mais profundamente os deveres que nos incumbem como cristãos, trazendo-nos à lembrança o ensinamento de que é pela inspiração evangélica que se moraliza a vida política.

(Discurso alusivo à passagem do 8º aniversário da Revolução, divulgado através de rede nacional de rádio e de televisão, a 31 de março de 1972).

ESPÍRITO ABERTO

"Com o espírito aberto à cooperação, alegra-nos empenhar, em união estreita e fraternal com a Bolívia, os maiores esforços para o progresso e bem-estar de nossas comunidades."

SENHOR Presidente:

O convívio fraterno e amistoso entre os nossos países, quer mediante as suas exemplares relações de vizinhança ao longo de extensa fronteira, quer por meio do intercâmbio entre os nossos centros de atividade econômica e cultural, adquire hoje especial realce com a honrosa presença de Vossa Excelência em Corumbá, tradicional ponto de encontro de brasileiros e bolivianos de todas as origens e lugar donde parte a via férrea que liga intimamente os nossos territórios. É pois com sumo prazer que me encontro com Vossa Excelência nesta cidade, a fim de reafirmarmos a amizade dos povos e governos que representamos.

Posto seja esta a sua primeira visita ao Brasil como Chefe de Estado, conhece Vossa Excelência — porque, despido dessa qualidade, já nos visitara — a simpatia da nossa gente pela gente boliviana. Devotado à causa pública e à realização das aspirações de seu povo, Vossa Excelência encontra nos brasileiros a mais cordial disposição para, unidos aos bolivianos, promoverem o seu desenvolvimento econômico-social e a construção de uma próspera comunidade latino-americana.

É com este ânimo que o Brasil acolhe o Presidente da Bolívia, certo de que nele achará os mesmos propósitos e a mesma determinação de levar a bom termo a tarefa que nos impõe o interesse de nossos países.

Fiel ao princípio da autodeterminação e da não-intervenção, reafirma o Brasil o estrito respeito à soberania dos outros povos e o impostergável direito de ver respeitada a sua própria soberania. Com o mesmo vigor com que defendemos a liberdade de escolher os caminhos que melhor correspondam aos nossos interesses, reconhecemos nas outras nações igual liberdade. No campo econômico, é indispensável o entendimento e a ajuda recíproca, sobretudo no âmbito das grandes comunidades regionais, como é o caso da América Latina. Se os países menores requerem colaboração despida de egoísmo por parte dos mais avançados, também para estes é capital o intercâmbio com os demais, sempre dentro de um clima de lealdade e sinceridade de propósitos.

Compartilham os bolivianos essa orientação, como demonstrado nos entendimentos que os Ministros das Relações Exteriores de nossos governos mantiveram recentemente em Brasília. Vossa Excelência, Senhor Presidente, pode ter a certeza de que encontrará sempre, de parte do povo e do governo brasileiros, o espírito de cooperação que, por nossa vez, estamos seguros de encontrar sempre da parte do povo e do governo bolivianos.

Essa disposição recíproca não é mais do que o fruto do nosso temperamento, da nossa consciência do dever e do interesse que temos na colaboração entre os nossos povos.

Antigo é esse estilo de convivência entre os nossos países, não sendo demais repisar a circunstância de nos reunirmos hoje nesta cidade fronteiriça, onde tão assinalado é o carinho pela Bolívia e de onde se partiu para o estabelecimento da comunicação ferroviária que, desbravando região então quase deserta, contribuiu para incrementar as nossas relações fraternais, que desconhecem fronteiras. Aprofundando e estendendo os vínculos que ligam os dois países, essa magnífica obra ferroviária, além de constituir monumento a quantos deram tudo de si para torná-la possível, mostra o quanto, neste e em outros campos, podemos realizar juntos, com base na afinidade espiritual que nos aproxima e na vontade inabalável que nos anima, de promover o desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

No decurso de nossas conversações, haveremos de encontrar os meios de desenvolver ainda mais as nossas relações em todos os setores da atividade. Podem os nossos países aumentar grandemente a comunicação entre os seus territórios e elevar o seu intercâmbio comercial a um grau compatível com os interesses de um e de outro.

No tocante à vinculação territorial, amplo é o programa a cumprir, seja no que diz respeito a estudos e projetos nos setores ferroviário e rodoviário, seja no que entende com a interconexão dos dois países, em vários pontos da fronteira comum. Quanto ao intercâmbio comercial, cumpre criar estímulos capazes de propiciar cifras maiores nos dois sentidos, em proveito mútuo.

Está meu governo disposto a explorar todas as possibilidades de maior comércio e de maior cooperação econômica com a Bolívia, particularmente em

grandes campos, como o dos hidrocarbonetos, onde se abre significativa oportunidade para que os nossos dois países colaborem em atividades de produção e comercialização.

Ponto importante de nossas relações será, também, a cooperação financeira e técnica fundada no Tratado de Vinculação Ferroviária de 1938. Com os recursos provenientes do fundo de desenvolvimento criado, em 1964, pelo protocolo adicional a esse tratado, torna-se agora possível a realização de obras e melhoramentos na região servida pela ferrovia Corumbá-Santa Cruz.

Com o espírito aberto à cooperação, alegra-nos empenhar, em união estreita e fraternal com a Bolívia, os maiores esforços para o progresso e bem-estar de nossas comunidades.

Seja bem-vindo à terra brasileira, Senhor Presidente.

(Discurso do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, saudando o Presidente HUGO BANZER, da Bolívia, durante encontro em Corumbá, a 4 de abril de 1972).

O GRANDE ATO

"Estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um."

INICIANDO, no dia de Tiradentes — nosso maior herói popular e patrono cívico da nação brasileira — as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em um imenso encontro dos brasileiros com o Brasil, e dos brasileiros consigo mesmos, queremos todos significar que o povo é quem faz a História.

Reunidos, nesta mesma hora, em milhares de encontros, por todas as cidades e todos os povoados do Brasil, para colocar no alto, de por do sol a por do sol, a bandeira de nossa pátria, concentramos, na memória do grande alferes, do cavaleiro e porta-estandarte dos ideais de justiça e liberdade, nossa homenagem a todos os heróis, consagrados, esquecidos ou anônimos, que, antes e depois do gesto do Ipiranga, ajudaram a fazer desta terra uma grande nação.

Voltamos o pensamento para os que, nas manifestações nativistas, nas lutas externas e fronteiriças, nos movimentos precursores e nas guerras da Independência, ensinaram às sucessivas gerações que a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e se preciso, o sangue de homens como todos nós.

Voltamos o pensamento para os que começaram a afirmar-se como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor — para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias. Voltamos o pensamento para todos os que, serenamente, transmutaram sofrimento e vilipêndio em sementes de emancipação, bem como para os heróis ignorados do povo, que se deram e que se dão, no silêncio e por inteiro, à construção deste país.

Assim voltados para a História, sentimos que nós mesmos a fazemos com a nossa humildade, nossas canseiras e vigílias, nosso entusiasmo, nossas vidas. Daí por que estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um.

Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro como o signo das comemorações do Sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e de paz.

Não se limite este encontro à comunhão dos amigos; aos jogos, aos festejos, ao entusiasmo de contágio; às emoções e alegrias da justa comemoração. Seja ele o encontro de brasileiros solidários, não somente nas horas alegres, senão em todas as horas; seja o encontro de homens que fazem da justiça social o mais alto valor da fraternidade humana, o indispensável vínculo entre os brasileiros providos de instrução, de capacidade de consumo e do exercício da liberdade e todos aqueles, irmãos nossos, ainda à margem dos benefícios da civilização; seja o encontro da comunidade de todos e nunca o

da comunidade de alguns; seja o encontro do compromisso visceral entre o homem e a Nação; seja o encontro, por fim, com o Brasil constantemente valorizado, aperfeiçoado e defendido com todo o nosso ardor.

Mais brasileiros cada dia, na simplicidade de nossa casa e de nosso trabalho, coloquemos acima de quaisquer interesses, o interesse nacional, buscando a solução nossa e a prevalência de nossa arte e de nosso engenho.

Com entusiasmo ainda maior, entreguemo-nos à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados.

Vivamos a nossa vocação de fraternidade e de paz, que amanhã mesmo será demonstrada no encontro com Portugal e no reencontro com Pedro Primeiro, o nosso Imperador do gesto final da libertação, como um permanente anseio de entendimento entre as nações.

Voltando o pensamento a Deus, a quem devemos agradecer a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana, fazemos votos para que todos possam descobrir, no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que, na união, na confiança e na fé, os brasileiros de agora constróem a grandeza vislumbrada no sonho dos precursores.

(Mensagem divulgada através de rede nacional de rádio e de televisão, na abertura das comemorações do Sesquicentenário da Independência, dia 21 de abril de 1972).

RETORNO AO SOLO

"Retorna ao solo brasileiro o Defensor Perpétuo do Brasil, aquele que, por amor a nossa gente, renunciou ao trono da nação que ajudou a construir."

Senhor Presidente,

Emocionado e agradecido, recebo, em nome do povo brasileiro, os restos mortais de Dom Pedro Primeiro do Brasil e Quarto de Portugal, que a nação portuguesa, testemunhando a amizade que nos irmana, acedeu em confiar a nossa guarda.

Este gesto fraterno, raro e generoso exprime a certeza de que são permanentes e inquebrantáveis os vínculos raciais, a comunhão de sentimentos, a afinidade de espírito e a vocação cultural que unem os nossos povos. Afirmando-se, ao longo dos tempos, pelo vigor e audácia de seus filhos, como intimorato protagonista da História, Portugal infunde na alma brasileira a energia da sua capacidade criadora.

Retorna ao solo brasileiro o Defensor Perpétuo do Brasil, aquele que, por amor à nossa gente, renunciou ao trono da nação que ajudou a construir. Os seus despojos mortais estarão divididos, doravante, entre a cidade do Porto e a cidade de São Paulo, como divididos estiveram sempre o seu espírito e o seu afeto entre as duas pátrias que igualmente amou. Imperador brasileiro, não deslembrava Portugal; rei português, não esquecia, um só instante, o seu Brasil. Também nós jamais o esquecemos, reivindicando-o sempre para as honras de nossa gratidão.

O Cerco do Porto e o Grito do Ipiranga — os dois maiores momentos de sua grande vida — marcaram o seu destino histórico. Acompanhado, nessas jornadas inesquecíveis, por homens de Portugal e homens do Brasil, não lhe faltou, nesses dias decisivos, a aliança dos heróis das duas pátrias, a devoção de homens que, servindo fielmente ao Brasil e a Portugal, em largos períodos de sua história, exprimem com eloqüência, o seu modo irmanado e solidário de estar no mundo.

Quis a fidalguia da nação portuguesa e o benquerer de seu presidente pelo Brasil que ao traço emotivo desta cerimônia se misturasse a satisfação que tem o Brasil de receber, na pessoa de Vossa Excelência, o estadista ilustre e o amigo leal, a quem, por meu intermédio, a nação brasileira reafirma a constância do seu afeto pelo grande e nobre povo português.

(Discurso do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, ao receber, do Presidente AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ, de Portugal, os restos mortais de DOM PEDRO I, junto ao Monumento Nacional aos Mortos da II Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, dia 22 de abril de 1972).

IDEAL COMUM

"Sei que esse ideal é comum aos nossos povos. Estou persuadido de que, respeitadas as peculiaridades políticas e geográficas de nossos países, das quais derivam, para um e outro, compromissos e responsabilidades que lhes são próprios, amplos e promissores horizontes se rasgam à resoluta colaboração de novos governos."

SENHOR Presidente:

É com imenso júbilo que a nação brasileira recebe Vossa Excelência.

Na vida dos povos, como na vida dos indivíduos, existem determinantes inelutáveis, imperativos existenciais, que lhes inspiram as atitudes, fecundam as iniciativas, retemperam as energias, moldam o caráter e prefiguram o destino. Ao longo da História, portugueses e brasileiros, temos sempre respondido a essas injunções sem esquecer jamais a vocação para manter íntegra a unidade espiritual de nossos povos.

Sabem os brasileiros, qualquer que seja sua ascendência, da mesma forma que o sabem os portugueses do outro lado do Atlântico, que integramos uma só família, temos as mesmas tradições, cultuamos os mesmos valores.

Por força dessa realidade, brasileiros e portugueses estarão reunidos, neste ano de 1972, para celebrar, irmanados, o Sesquicentenário da Independência.

Povo e governo brasileiros rendem tributo, na pessoa de Vossa Excelência, ao eminente homem público que se tornou credor do respeito e do amor de seus concidadãos, por toda uma vida de assina-

lados serviços à Pátria, cuja dignidade tão superiormente encarna. Homenageiam, também, o estadista de visão ampla e coração largo, o amigo do Brasil que, auscultando o passado e contemplando o futuro, acedeu, num gesto sem paralelo, ao pedido que lhe fiz, como intérprete dos anseios do povo brasileiro, de autorizar a transladação dos restos mortais do Imperador D. Pedro I do Brasil, o Rei D. Pedro IV de Portugal, para que viessem repousar no Ipiranga, ao lado de nossa primeira Imperatriz.

Com inexcedível generosidade, concordou Vossa Excelência, ainda, em confiar, pessoalmente, ao povo e governo brasileiros, os despojos de D. Pedro, para reverenciá-los ao nosso lado, nas celebrações com que a Nação os recebe.

Este gesto fraterno, calando fundo no coração de cada brasileiro, será lembrado com permanente gratidão, não somente por todos aqueles que, por meu intermédio, a manifestam, aqui e agora, de forma solene e comovida, mas também pelas gerações futuras, que nele reconhecerão o mais significativo e transcendente exemplo do espírito que anima a comunidade luso-brasileira.

Bastaria isso para assinalar a presença de Vossa Excelência entre nós como grande momento na história de nossos povos, momento no qual se insere o culto ao gênio camoniano, na comemoração do quarto centenário de "Os Lusíadas", que este ano transcorre. Coincide, ainda, porém, a visita de Vossa Excelência com outro acontecimento sumamente grato, qual o da entrada em vigor, em 22 de abril, do Estatuto da Igualdade, coroamento de processo evolutivo que remonta aos primeiros anos de nossa Independência.

Singular exemplo este, de dois povos que, separando-se politicamente, passam logo à busca persistente de fórmulas que intimamente os aproximem, de acordo com as exigências profundas de sua predestinação comum.

Lenta, mas firmemente, a unidade afetiva e psicológica, que está nas raízes da comunidade luso-brasileira, impõe a sua lei. Dessa comunhão espiritual emanava, já em 1825, no próprio Tratado de Paz, Amizade e Aliança, a cláusula que prevenia discriminações contra os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal, equiparando-os aos súditos da nação mais favorecida.

Mais ampla foi, ainda, a expressão desse sentimento comum no Tratado de Amizade e Consulta de 1953, pelo qual se reconheceu a comunidade luso-brasileira, bem como a necessidade de consulta recíproca e tratamento igual para os nacionais de ambas as partes.

A convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, que o meu governo se honra de haver concluído, em 7 de setembro de 1971, com o governo de Vossa Excelência, consolida a comunidade luso-brasileira, deduzindo conseqüências práticas e efetivas da nossa unidade espiritual.

Esse documento, cujo caráter excepcional merece ser destacado, traduz, com rara felicidade, na sua inspiração e estrutura, a natureza especial dos vínculos que nos unem.

Pelo Estatuto de Igualdade, brasileiros e portugueses não perdem as respectivas nacionalidades, não adquirem outra nem passam a ter dupla nacionali-

dade. Entram, no entanto, a gozar — residindo aqui o especial significado desse *status* internacional inteiramente novo — dos direitos que cada uma das altas partes contratantes reconhece aos seus próprios nacionais, ressalvados os que, pelas respectivas cartas políticas, se reservam a brasileiros ou portugueses natos.

Senhor Presidente:

Começam a produzir efeitos os acordos realizados, em datas recentes, no tocante ao desenvolvimento harmônico e equilibrado de nossa comunidade, salientando-se, notadamente, os de caráter cultural, os de natureza comercial, os de feição previdenciária, bem como os de índole técnico-científica.

Numa sociedade em rápida transformação, cumpre que Brasil e Portugal se mantenham unidos, a fim de responderem eficazmente ao fascinante desafio de nosso tempo. Estamos dispostos a conjugar os nossos esforços aos de todos aqueles que, compartilhando os mesmos princípios de respeito mútuo e igualdade de direitos, entre nações que se querem livres e soberanas, se disponham a combater as desigualdades provenientes de obsoleta estrutura de poder e impugnar as tentativas para estabelecer novas e inaceitáveis esferas de influência.

Sei que esse ideal é comum aos nossos povos. Estou persuadido de que, respeitadas as peculiaridade políticas e geográficas de nossos países, das quais derivam, para um e outro, compromissos e responsabilidades que lhes são próprios, amplos e promissores horizontes se rasgam à resoluta colaboração de nossos governos.

Coloca o Brasil, Senhor Presidente, entre seus mais altos objetivos o de cooperar com Portugal e manter com ele a sua tradicional e sólida amizade.

Brindo à saúde da Senhora Américo Thomaz e de Vossa Excelência. Brindo à grandeza e felicidade da nobre nação lusíada.

(Discurso de saudação ao Presidente AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ, de Portugal, durante banquete no Palácio do Itamarati, em Brasília, dia 24 de abril de 1972).

SOB O SIGNO DA JUSTIÇA

"Estava em pleno desenvolvimento o processo de nossa emancipação política, quando se instituiu no Brasil, aos três de julho de 1822, sob a inspiração do chanceler da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

Nascia, pois, a nacionalidade sob o signo da justiça."

ESTAVA em pleno desenvolvimento o processo da nossa emancipação política, quando se instituiu no Brasil, aos três de julho de 1822, sob a inspiração do chanceler da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

A nova pessoa política de direito internacional, que, meses depois, haveria de colocar-se, de modo definitivo, entre as nações soberanas, encontrou, assim, já aparelhado o órgão ao qual competiria modelar, segundo a justiça, o seu ordenamento jurídico.

Nascia, pois, a nacionalidade sob o signo da justiça, que lhe apontava, com nitidez, os rumos a seguir para o estabelecimento da felicidade social e da segurança política. Mas nascia, também, em universo doutrinário, no qual dominava ainda a idéia de que os indivíduos, entregues a si mesmos, conseguiriam, pelo livre jogo da sua iniciativa, prover convenientemente ao próprio interesse e realizar as suas aspirações. A justiça nas relações sociais se implantaria, por conseguinte, de maneira espontânea, pela conciliação natural e mecânica dos arbítrios individuais.

Quanto ao Estado, os seus deveres, nesse terreno, assumiam feição predominantemente negativa,

esforçando-se o pensamento político, acima de tudo, em traçar limites à ingerência do poder público na esfera de liberdade reconhecida ao indivíduo, a fim de que este melhor pudesse explorar, por obra da sua autonomia, as faculdades de que por natureza se reputava dotado.

Os problemas suscitados, aos poucos, pela progressiva complexidade da vida social, se encarregaram, no entanto, de requerer, com veemência, a intervenção crescente do poder público em áreas antes reservadas à atividade individual, para suprir-lhe deficiências, cada vez mais acentuadas.

Direitos novos, não compreendidos na simples faculdade de fazer ou não fazer, direitos que se definem como exigências à obtenção real e efetiva dos bens da vida, direitos que se não podem satisfazer senão pela atividade tutelar do poder público, arrancaram o Estado de sua postura tradicional, impondo-lhe deveres de proteção eficaz dos interesses existenciais do homem.

As transformações rápidas e incessantes, que se operam na sociedade, sob o império do progresso científico e tecnológico, ampliam também, rápida e incessantemente, o campo desses interesses, obrigando o poder público a contínua revisão da sua estrutura e dos seus métodos de ação, a fim de acudir às novas exigências, que as mudanças sociais acarretam.

Transformado no mais poderoso instrumento de reforma social e política, o Governo, para enfrentar a essencial instabilidade, fomentada pelas novas circunstâncias, tem igualmente de transformar-se. Não se compreenderia, na verdade, que o poder público, como agente da modernização das estruturas

sociais, não se modernizasse também na sua conformação política e administrativa, abandonando velhos dogmas e estilos de comportamento, que se não harmonizem com os imperativos do mundo contemporâneo.

Novos padrões de comportamento têm, pois, que ser institucionalizados, assim na área política, como no campo administrativo, para que se institucionalizem, a seu turno, na esfera social, novos esquemas de comportamento, mais ajustados às expectativas do nosso tempo.

Esse esforço inovador não requer somente realismo, senso comum e lucidez, que habilitem a ver e sentir o que melhor serve, no período de transição em que vivemos, ao interesse coletivo: reclama também autoridade capaz de executar cabalmente as decisões que hajam sido tomadas, dentro de quadro político em que o Governo realmente governe, insensível a outras injunções que não as da impessoalidade e justiça dos seus atos.

Dos homens chamados a comandá-lo exige esse empreendimento, além de coragem cívica exemplar, a decisão imperturbável de levá-lo a bom termo, sem concessões ou desvios, que os afastem dos fins superiores, a cuja realização se acham devotados. Não lhes basta, para tanto, suplantar, na mudança ou correção do ordenamento político ou social, toda a sorte de resistências, porquanto lhes incumbe ainda modificar hábitos de pensamento ou de ação, que se enraizam no passado e estorvam o atendimento das imposições do presente.

Procurando, tanto quanto possível, soluções próprias para os problemas brasileiros, soluções que correspondam à nossa vocação histórica e às

peculiaridades do País, o regime vigente modifica e corrige, em permanente processo de institucionalização, as linhas do nosso ordenamento jurídico, para que se cumpram, fielmente, os objetivos da decisão política de 31 de março de 1964.

As reformas institucionais, executadas com esse propósito, se espraiam do direito constitucional às demais províncias jurídicas, oferecendo à experiência brasileira as fórmulas de que necessita para que se convertam em realidade, pela proteção do interesse coletivo, as aspirações nacionais.

Paralelamente às transformações operadas em normas fundamentais, onde se apóia o nosso sistema político, mudanças profundas se registram, pois, em normas de categoria inferior, quer na ordem administrativa, quer no plano econômico-financeiro, quer na esfera social ou educativa, quer na área penal, quer na órbita das relações privadas, não havendo, nesse campo, quase nada de que não tenha cuidado, na tutela do interesse público, a ação governamental.

Vinculado ao regime jurídico assim instituído, regime cuja alteração, nos seus traços capitais, não posso admitir, a qualquer pretexto, não posso tolerar, também, a qualquer pretexto, violação das regras legais que o compõem. Ao cumprimento exato e pontual das obrigações ou deveres, públicos ou privados, impostos pela ordem jurídica, há de corresponder, no regime de legalidade, a que nos achamos subordinados, o exercício regular das faculdades ou direitos outorgados, assim aos particulares como aos agentes públicos.

Nessas regras de procedimento, que dão vida e realidade às nossas instituições sociais, econômicas e políticas, repousa, em última análise, a solidez do

regime, o qual se não alicerça, pois, em normas que sejam tais somente no papel, mas em normas que real e efetivamente tendam a transformar-se em princípios de ação.

Não refugindo aos deveres que lhe impõe a ordem jurídica, tal qual se acha estruturada, não abdica o Governo, igualmente, das prerrogativas ou poderes que lhe foram atribuídos, porquanto são estes essenciais à realização dos objetivos concretos e específicos, que lhe cumpre perseguir, em prol da segurança social, da segurança econômica e da segurança política dos brasileiros.

Graças ao acerto da política seguida para atingir esses objetivos, bem como à inquebrantável firmeza com que essa política é conduzida, o País se transforma e moderniza rapidamente, alcançando níveis de progresso que desafogam o presente e asseguram, quanto ao futuro, perspectivas amplamente promissoras.

Cuidando da segurança econômica, empenha-se o Governo, com dinamismo e eficiência, em promover, por todas as formas, a prosperidade da Nação, colhendo, nessa jornada, os resultados mais significativos.

Mediante diretrizes seguras, executadas com entusiasmo e espírito público, incrementa-se o crescimento da riqueza nacional, domina-se gradativamente o surto inflacionário e neutralizam-se os efeitos perniciosos da desvalorização da moeda sobre a capacidade aquisitiva do trabalhador, sobre a formação de poupanças internas, sobre a estrutura das empresas e sobre o balanço de pagamentos.

A par disso, restabelece-se o equilíbrio orçamentário, reabilita-se o crédito público, expande-se

o comércio externo, consolida-se o crédito do País no exterior e aumenta-se, de modo substancial, o volume de nossas reservas de divisas.

Providencia-se, por outro lado, melhor distribuição da renda pessoal e regional, para que se continue a imprimir maior participação do trabalhador nos frutos do crescimento econômico.

Por esses e outros processos, racionalmente articulados entre si, instaura-se, gradualmente, entre nós, a segurança econômica, de que tão fundamente necessita a sociedade brasileira.

Junto com a segurança econômica, que procede essencialmente da humanização da economia, fortalece o Governo, cada vez mais, a segurança social, multiplicando os meios para que possa cada um realizar-se plenamente, de acordo com a sua efetiva capacidade.

Adquirem, desta sorte, no atual regime político, substância e realidade direitos fundamentais que, em outros tempos, se esvaíam na generosidade meramente verbal dos textos político-legislativos.

A segurança econômica e a segurança social, reinantes no País, ambas em contínuo processo de robustecimento, contribuem, em grau considerável, para a segurança política, que ora temos o privilégio de desfrutar. Concorrem uma e outra, segurança econômica e segurança social, para a estabilidade do regime pela confiança que despertam na limpidez dos propósitos e na capacidade de ação dos homens que forjam a nova ordem político-social, que encaminha o Brasil para o seu destino de prosperidade e grandeza.

Nessa confiança, reiteradamente manifestada em pleitos livres e democráticos, pela imensa maioria

do eleitorado, se exprime, de modo irrecusável, a vontade política da Nação, interessada sobretudo em que se não quebre o clima de tranqüilidade indispensável ao pleno rendimento do seu labor ordenado e produtivo.

A magnitude daquilo que se fez até aqui não esconde ou diminui, porém, as proporções daquilo que está por fazer, já em razão da própria multiplicidade dos problemas a enfrentar, já em face das dificuldades novas, por vezes imprevistas, de que o progresso, no seu dinamismo, se faz geralmente acompanhar.

Conhecem os brasileiros, pelo que viram e pelo que continuam a ver, a clarividência, a energia e a operosidade demonstradas pelos governos da Revolução no desempenho das suas graves responsabilidades. Sabem, notadamente, que o regime vigente não está a serviço de classe, grupo ou categoria social, senão que se devota, por inteiro, à tutela do interesse comum, que é o interesse de todos e cada um dos cidadãos. Têm os brasileiros, assim, perfeita consciência de que o regime é capaz, seguramente capaz, de corresponder ao que dele reclama a vontade geral, que não admite se enfraqueça o ritmo pelo qual se provê ao desenvolvimento econômico, ao desenvolvimento social e ao desenvolvimento político da Nação.

Sabe o Governo, por outra parte, que tem a seu lado a opinião pública e que, pela eficiência revelada no transformar os seus planos em realidade, está preparado para não frustrar as justas expectativas que nele se depositam.

Possui consciência, ainda, de que pode contar, para isso, com a cooperação, seja dos responsáveis

políticos congregados em torno dos objetivos que animam o regime, seja de todos os que, onde quer que militem, desejam cumprir o dever imposto pelo ideal de criar, na sociedade brasileira, uma democracia humanista, que mobilize convenientemente a solidariedade social para dar a cada um aquilo a que, por natureza, tenha título.

Vendo na política e no poder exclusivamente um processo para fazer com que, na comunidade social, reinem a ordem e a justiça, agrada-me sobremaneira presidir a esta cerimônia, na qual se confere registro solene à data em que comemora o sesquicentenário da sua criação o departamento do governo especificamente encarregado de velar pelo império do Direito, colaborando, não só para que as leis se talhem segundo os critérios do justo, como também para que sejam elas justamente executadas.

Sem esquecer os jurisconsultos e estadistas que, ao longo dos tempos, pelo seu saber e a sua visão política, deram lustre a este Ministério, congratulo-me com o jurista emérito, seu atual titular, Professor Alfredo Buzaid, pelo evento histórico que hoje aqui se assinala.

Do Ministério, hoje em festa, unido aos demais Ministérios, cujo titulares desempenham também as suas funções na mais perfeita sintonia com as diretrizes do Governo, continuarei a ter, por certo, como até agora, total devotamento para que o regime da Revolução prossiga, com a mesma impetuosidade, no caminho que se traçou, confundindo, pelas suas realizações, os profetas do pessimismo e os negativistas de todos os matizes.

(Discurso proferido na inauguração do novo edifício-sede do Ministério da Justiça, em Brasília, dia 3 de julho de 1972).

TESTEMUNHO DE RECONHECIMENTO

"Não posso esquecer aqueles que, embora portugueses, souberam compreender a decisão da gente brasileira de criar para si um destino próprio e autônomo."

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MARCELLO CAETANO
PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DE PORTUGAL

A Ordem Nacional do Mérito constitui galardão especial reservado, em princípio, a brasileiros que se destacaram na prestação de serviços ao País.

Quer a nação brasileira, no entanto, em caráter excepcional, admitir Vossa Excelência no mais alto grau dessa Ordem, distinguindo, assim, não só o estadista insigne, que abre para a sua pátria novos caminhos, mas também o pensador ilustre, que reúne aos seus raros dotes culturais a virtude da mais estrita fidelidade aos deveres públicos e privados.

Homem de pensamento e homem de ação, Vossa Excelência nunca perdeu de vista, no curso das investigações teóricas e doutrinárias, com que enriqueceu as letras jurídicas e políticas da nação lusitana, o essencial sentido dos valores humanos.

Claro jurisconsulto e renomado mestre do Direito, não titubeou em abandonar a tranqüilidade das indagações especulativas para assumir, na ordem prática, os encargos duros e tantas vezes incompreendidos do comando administrativo e político.

À nossa velha e grande admiração pelo homem de saber, soma-se a confiança que inspira o homem de Estado, cuja atuação avulta, cada vez mais, nos horizontes da vida pública.

Comungando nesses mesmos sentimentos, a sociedade brasileira, pelas suas mais expressivas instituições culturais, não tem regateado a Vossa Excelência as homenagens de que o fazem credor as suas peregrinas virtudes cívicas e intelectuais.

Aos seus inestimáveis serviços em prol do estreitamento das relações luso-brasileiras, se acrescenta agora o consistente na convenção sobre igualdade de direitos e deveres entre brasileiros e portugueses, pela qual adquiriu realidade jurídica aquilo que sempre esteve latente na comunhão espiritual de nossos povos.

Esse grande passo, pelo qual sumamente se fortalece a comunidade luso-brasileira, muito deve à inspiração de Vossa Excelência, ao seu discernimento, à firmeza de sua vontade. Da sensibilidade política, tão bem revelada nesse transcendente fato histórico, é lícito esperar pronta receptividade para outras iniciativas, que permitam se institua, de modo firme e realista, novo estilo de convívio entre nações independentes, cuja história se inspire nos mesmos valores postos à prova através de feitos realizados em comum.

Não posso esquecer, neste momento, de tamanha significação para o Brasil, aqueles que, embora portugueses, souberam compreender a decisão da gente brasileira de criar para si um destino próprio e autônomo, colocando-se ao nosso lado no grande evento histórico, cujo sesquicentenário ora comemoramos.

Cumpre-me registrar, também, que, nas comemorações do centenário da nossa Independência, em 1922, Portugal se fez representar por Antônio José de Almeida, o admirável tribuno que então presidia aos destinos da nação lusitana.

Reafirmando a solidez dos nossos vínculos espirituais, o eminente Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz como Chefe de Estado, nos honrou, em abril deste ano, com a sua inesquecível e grata visita. Aqui esteve para fazer entrega ao povo brasileiro dos despojos do nosso Primeiro Imperador, que, português de nascimento, se identificou com a alma brasileira, proclamando a Independência do Brasil.

Vem hoje Vossa Excelência, em gesto que muito nos honra e desvanece, assistir fraternamente às cerimônias de condução, até o altar do Ipiranga, da urna funerária em que repousam as relíquias daquele que nos proclamou independentes.

Senhor Presidente do Conselho de Ministros:

Em testemunho do nosso reconhecimento, permita que lhe imponha as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, antiga Ordem da Rosa, criada pelo próprio Dom Pedro Primeiro, Imperador do Brasil.

(Saudação ao Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, MARCELLO JOSÉ DAS NEVES ALVES CAETANO, durante imposição da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, a 6 de setembro de 1972).

O SINAL DO AMANHÃ

"Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade."

RECOLHIDOS os restos mortais do fundador do Estado brasileiro à capela do Monumento do Ipiranga; silenciados os últimos aplausos das ruas de São Paulo ao grande desfile militar desta manhã; e transposta a hora mais intensa das comemorações do Sesquicentenário de nossa Independência, quisera chegar à casa de quantos, por nascença ou opção, têm o Brasil por pátria, para unir-me às alegrias, às emoções e aos votos de cada um, neste dia maior que todos os dias.

Assim procurei fazer também, a 21 de abril, quando começaram oficialmente os festejos, naquele imenso encontro cívico nacional, na reverência a Tiradentes, o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de março consagrou como o patrono cívico da nação brasileira.

Voltei-me, então, para o passado, no preito aos precursores e fundadores da pátria emancipada.

Ao longo desses meses em que se concentraram as celebrações de iniciativa oficial, o País inteiro viveu o Sesquicentenário, sem que se desviassem recursos substanciais dos nossos programas de desenvolvimento, sem excesso, sem desperdício, sem ostentação.

Com dignidade, entusiasmo e amor, os brasileiros viveram emoções simples e justas: o abraço

a nossos irmãos portugueses, o recebimento e a peregrinação dos despojos do nosso primeiro Imperador, ofícios religiosos e festas populares, competições esportivas e manifestações culturais.

A luz do passado iluminou estes dias de celebração, em estudos e pesquisas, cultos e evocações, reminiscências, análises, retrospectos, legados e tradições, retemperamento de energias, fidelidade às raízes de nós mesmos e aos valores que demarcam os nossos caminhos.

Certo de que a História deve ser entendida como um processo de mudança, valendo as lições do passado para iluminar os rumos do porvir, quisera, neste fecho do Dia do Sesquicentenário, que todos refletíssemos sobre o nosso tempo e os tempos vindouros.

O que fazemos agora e o que havemos ainda de fazer, nosso trabalho, nossos sacrifícios, influindo nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras.

Assim como fomos beneficiários do patriotismo daqueles que fizeram a Independência, para que fôssemos hoje uma nação soberana, de nós depende, também, que a multidão incalculável dos compatriotas que nos hão de suceder encontre um país amadurecido e poderoso, capaz de contribuir para a solução dos grandes e graves problemas que afligem o mundo.

Este é o nosso compromisso, o desafio que enfrentamos todos nós. O penhor da segurança, da paz e da felicidade dos que hão de vir, assim como a fórmula do bem-estar presente, é a nossa fidelidade ao interesse nacional, o nosso trabalho construtivo, a nossa confiança, a nossa união.

Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade.

No tempo em que a humanidade começa a perceber que é mais fácil invadir e dominar a órbita dos astros que harmonizar os caminhos do homem, sejamos nós exemplo de concórdia, de convivência fraterna, de convergência de impulsos e de organização da vida social.

Um grande país todo dia se renova na imaginação criadora, na coragem e na vontade de seus filhos.

Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social.

Com vontade e imaginação, energia e coragem, trabalhemos ainda mais firmes na luta do dia a dia, nós todos que tivemos o privilégio de testemunhar este grande momento do Sesquicentenário.

(Mensagem transmitida através de rede nacional de rádio e de televisão, no encerramento das comemorações do Sesquicentenário da Independência, no dia 7 de setembro de 1972).

DIRETRIZES AO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

"Considero necessário, antes de mais nada, adote o Conselho Monetário providências imediatas para que os índices de correção monetária se aproximem o mais possível dos níveis efetivamente verificados na redução dos índices de preços internos."

"Determino que, dentro de um mês, a contar de hoje, se comece a expedir para os respectivos endereços bancários, em todo o território nacional, os certificados das quotas de participação nos resultados do Programa de Integração Social relativamente a seus quase seis milhões de beneficiários."

No campo da política econômico-financeira, o estabelecimento da correção monetária, em termos amplos, se situa entre as realizações positivas e marcantes do Governo da Revolução.

Aplicável aos reajustamentos salariais, à reavaliação do ativo das empresas, aos valores mobiliários, públicos e privados, à taxa cambial, aos depósitos, quer de poupança, quer de prazo fixo em geral, bem como aos mais variados contratos de longo prazo, o princípio da correção monetária se mostrou extremamente eficaz como instrumento de defesa contra as conseqüências negativas da inflação.

Resultados significativos se obtiveram, em poucos anos, por via dessa política, na preservação do poder aquisitivo dos salários, na recuperação do mercado de capitais, mediante a qual se incentiva a formação de poupanças nacionais, no equilíbrio financeiro das empresas e no fortalecimento do balanço de pagamento.

Algumas imperfeições se verificaram, porém, como é natural, nesse processo, imperfeições que somente a experiência, com o andar do tempo, poderia acusar.

Para sanar os defeitos apurados se introduziram modificações relevantes no processo, seja no

que entende com a fórmula salarial, seja no que diz respeito ao reajustamento das Obrigações do Tesouro, seja no que concerne às taxas de captação de recursos a prazo.

O acentuado aumento, nos últimos anos, do domínio exercido pelo Governo sobre a inflação permite antecipar para o corrente ano crescimento mais moderado dos preços internos, perante a conjuntura internacional, abrindo-se perspectivas ainda melhores para o próximo ano.

É possível, assim, neste momento, proceder a nova revisão das normas que regulam a incidência da correção monetária. Precisamente para isso convoquei esta reunião do Conselho Monetário Nacional, ao qual desejo recomendar a adoção de medidas que, segundo entendo, são de grande significado para a política de estabilização monetária, no futuro próximo.

Considero necessário, antes de mais nada, adote o Conselho Monetário providências imediatas para que os índices de correção monetária se aproximem o mais possível dos níveis efetivamente verificados na redução dos índices de preços internos.

A capitalização dos juros sobre os saldos sujeitos a correção monetária — quando realizada em períodos curtos — não deverá, além disso, ultrapassar os tetos fixados pelo Conselho Monetário, de modo que correspondam, realmente, aos limites anuais dos respectivos contratos.

Cumpre aos Senhores Conselheiros, no fixarem esses princípios, incidentes sobre as instituições financeiras, oficiais ou particulares, tornar bem clara a forma de sua aplicação.

Convém, ainda, que essas regras se estendam às normas de correção monetária não vinculadas ao reajustamento das Obrigações do Tesouro Nacional, estabelecendo-se, em tais casos, que a correção se proceda com base pura e simplesmente no valor nominal da moeda.

Combatendo, com a maior energia, o surto inflacionário, a fim de conter, cada vez mais, a alta de preços e o aumento do custo de vida, preocupa-se o Governo, ao mesmo tempo, em fazer com que o nosso rápido crescimento econômico seja acompanhado por melhor distribuição de rendas, assim entre as pessoas, como entre as regiões do País.

No conjunto de planos para esse fim concebidos se destaca, pelo seu grande alcance, o representado pelo Programa de Integração Social, por cujo intermédio será dado aos trabalhadores participar, de modo pronto e efetivo, da renda produzida pelo aumento da eficiência registrada em nosso processo produtivo.

Dentro de poucos dias começarão os brasileiros a sentir, de maneira real e palpável, os efeitos desse Programa, visto como somente agora, depois do período estritamente necessário para colocá-lo em plena operação, começam os fundos recolhidos a produzir resultados partilháveis entre os seus beneficiários, sem nenhuma contribuição por parte deles.

Posso hoje anunciar, com base nos dados relativos ao primeiro ano de funcionamento desse Programa, que a quota média a distribuir, entre os destinatários de seus benefícios, ascenderá a cento e dez cruzeiros, ao passo que a quota mínima será, aproximadamente, de sessenta e quatro cruzeiros.

Quer isso dizer que ao empregado mais novo, aquele que trabalhou ao menos um ano, percebendo salário mínimo, se creditará, em conta individual, a importância de quarenta por cento do salário mínimo. Cinqüenta por cento dos trabalhadores participantes, aproximadamente, perceberão quota superior a cem cruzeiros, devendo sessenta por cento do montante do Fundo tocar a trabalhadores que percebem dois salários mínimos.

Determino que, dentro de um mês, a contar de hoje, se comece a expedir, para os respectivos endereços bancários, em todo o território nacional, os certificados das quotas de participação nos resultados do Programa de Integração Social relativamente a seus quase seis milhões de beneficiários.

Estima-se para o exercício de 1972-1973 arrecadação de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, com aumento, pois, de 180 por cento sobre as contribuições recebidas no primeiro exercício. Para o exercício de 1973-1974, calcula-se arrecadação de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros, com aumento, assim, de aproximadamente trezentos e cinqüenta por cento.

Nessas condições, a quota média progressiva do trabalhador-participante deverá atingir, no segundo exercício, a mais de duzentos cruzeiros, importância que alcançará, no terceiro exercício, quase quatrocentos cruzeiros, perfazendo uma quota total acumulada da ordem de setecentos cruzeiros.

Pode-se avaliar, diante disso, o que representarão, em poucos anos, para o trabalhador brasileiro, os frutos desse Programa. Inspirado nos postulados sociais e humanistas, que informam o ideário do

regime, o PIS está sendo executado, como se colhe dos seus resultados, com a eficiência que caracteriza, em todos os setores, as iniciativas dos governos da Revolução.

(Palavras do Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, na abertura da reunião do Conselho Monetário Nacional, no Palácio do Planalto, dia 14 de setembro de 1972).

ÍMPETO CRIADOR

"Conciliando, quanto possível, a mudança com a continuidade, o regime, sem esmorecer o seu ímpeto criador, modifica, pois, incessantemente, as feições da sociedade brasileira, com inalterável prudência, firmeza e realismo."

PELO seu irrefreável dinamismo, pelo seu caráter eminentemente inovador, a ordem revolucionária, instaurada em 1964, não se deixa definir como revolução simplesmente política.

Cumprido o objetivo imediato de impedir que o poder público se usasse em detrimento da decência administrativa, da austeridade política e da segurança nacional; afastados, em suma, da vida pública os responsáveis pelo desrespeito a todos ou algum desses princípios, o sistema revolucionário, totalmente identificado com a consciência da Nação, promove na comunidade brasileira, transformações estruturais, que implicam real e efetiva revolução, assim institucional como administrativa, assim econômica como social.

Implacável na erradicação dos vícios que poluíam a nossa atmosfera política e administrativa, a flama revolucionária não se exauriu, por conseguinte, nessa atividade saneadora, assumindo, também, ao mesmo tempo, a corajosa missão de implantar as reformas indispensáveis para vencer os obstáculos ao nosso progresso econômico, social e político.

Conciliando, quanto possível, a mudança com a continuidade, o regime, sem esmorecer o seu ímpeto criador, modifica, pois, incessantemente, as feições da sociedade brasileira, com inalterável prudência, firmeza e realismo.

Mediante processos e métodos racionais, os nossos grandes problemas são atacados, um a um e, às vezes, simultaneamente, com determinação e eficácia, mobilizando-se, para resolvê-los, os recursos materiais e morais do País.

Dada a imensidade da tarefa a cumprir, a ação governamental se espraia, sem perda de energia, por todos os campos, onde mais premente se faça a sua ingerência, para acudir ao interesse coletivo.

Não desejo, neste momento, enumerar, em caráter exaustivo, tudo quanto, desde março de 1964, tem sido feito em proveito do bem-estar da família brasileira. Quero, hoje, simplesmente, assinalar que os superiores objetivos da Revolução estão sendo metodicamente atingidos: o Brasil vence, irresistivelmente, a batalha da inflação, que, por todos os quadrantes da Terra, grassa de modo irreprimível como um dos maiores flagelos das economias modernas; a Nação toma posse efetiva de grandes porções do seu território, dilatando, assim, em sentido prático, as suas fronteiras internas; a economia cresce em ritmo palpitante, criando melhores condições para que se avance no sentido de garantir a todos o mínimo vital e para que se assegure aos brasileiros maior participação nos frutos do desenvolvimento; consolida-se, gradativamente, a segurança social e econômica, mercê de programas assistenciais imaginosos e eficientes; a rede de transportes se expande em proporções gigantescas, aproximando os centros de produção e comércio, ao passo que o sistema de telecomunicações já alcança todo o território nacional; a educação, em todo os ciclos, registra índices surpreendentes, elevando o nível do nosso potencial humano.

Os êxitos conquistados, ao longo destes últimos anos, não constituem, por certo, merecimento tão-somente dos responsáveis políticos e administrativos pela modernização de nossas estruturas econômicas e sociais, visto como esse grande empreendimento é obra comum do Governo e de cada cidadão, irmanados na transcendente e ambiciosa empresa de criar, no Brasil, uma sociedade próspera, homogênea e senhora do seu destino.

A unidade de propósitos entre governantes e governados, o devotamento de administradores e administrados à consecução dos mesmos fins, os esforços que uns e outros despendem, com abnegação e idealismo, para que não se frustrem as suas legítimas expectativas, fortalecem os laços de mútua confiança entre a autoridade governamental e as forças sociais, criando-se, dessa forma, em nosso quadro político, clima de estabilidade, que habilita a olhar com justificado otimismo para o futuro.

Sem procurar, de modo preconcebido, a originalidade, porém buscando sempre as fórmulas mais convenientes ao interesse do País, os governos da Revolução, atentos embora à experiência cultural de outros povos, não vacilam em perfilhar soluções próprias para os problemas brasileiros, quando melhor atendam às nossas peculiaridades.

No consenso das diferentes classes sociais, que não têm jamais recusado o seu apoio ao conjunto das medidas governamentais, ou, em outras palavras, no aplauso da opinião pública, encontra o regime a pedra de toque da legitimidade que reveste a orientação que vem sendo impressa à nossa vida pública.

Modernizando a sociedade, nos termos em que o vem fazendo, introduz o atual regime, no corpo social, mudanças que possibilitam aos indivíduos tra-

çarem, com maior desembaraço, os rumos à própria vida, para melhor satisfazerem às suas aspirações.

Estimula-se, dessa maneira, a mobilidade social, em todos os sentidos, seja para que as camadas populares elevem o seu padrão cultural, seja para que, por via de conseqüência, obtenham, no plano econômico, melhores condições de vida.

Confere-se à comunidade brasileira, por essa forma, maior grau de prosperidade e valoriza-se o homem, ao qual se faculta ser mais responsável por seu destino. Porém aumenta-se, com isso, igualmente, a responsabilidade dos dirigentes políticos, em presença de uma sociedade que, pelo seu progresso, pelo seu desenvolvimento, material e cultural, se torna cada vez mais complexa e exigente.

Não basta, pois, manter nos quadros partidários identificados com as instituições os que ora comungam nos ideais revolucionários. Cumpre, ainda, assimilar os novos grupos sociais, em constante processo de formação, a fim de que se conservem inabaláveis os fundamentos políticos do regime.

Para isso, é mister que se não registrem desvios na linha de comportamento dos condutores políticos e administrativos, a serviço da Revolução, continuando eles a colocar, no desempenho do seu ofício, o idealismo, a imaginação, a operosidade, o espírito público e o senso comum, graças aos quais, em pouco tempo, o Brasil ascendeu à posição de alta eminência, em que ora se encontra, no plano internacional.

Numa sociedade, qual a contemporânea, em período de rápida transição, é imperioso, sobretudo, que os responsáveis pelo regime conservem aguçada a inteligência do nosso tempo, para surpreender o que nele há de inédito, desembaraçando a mente do que

possa perturbar a visão daquilo que convém à nossa época e à nossa gente

Importa, de outra parte, que guardem o valor cívico necessário para arrostar a conspiração dos interesses contrários ao bem público e fazer com que vinguem, em todos os casos, os interesses da coletividade.

Cumpridos hoje três anos de governo, não arrefeceu, quanto aos que nele estão integrados, o ardor da primeira hora, permanecendo inalterável o alento com que se acham dispostos, seja a sustentar o ritmo registrado na execução dos planos e projetos em andamento, seja a conceber novos projetos e lançar outros planos, sempre que a Nação o requeira.

Por isso, nem bem entregues ao tráfego, em fins de setembro, os primeiros mil e duzentos quilômetros da rodovia Transamazônica, não vacilamos em tomar, aqui e agora, outra decisão histórica, qual seja a de iniciar, em breve, a construção, também na região amazônica, de outra grande rodovia — a Perimetral Norte.

Essa nova via de penetração, partindo do Atlântico, em Macapá, correrá, numa extensão de três mil e trezentos quilômetros, paralelamente às fronteiras norte e noroeste do Brasil, até Cruzeiro do Sul, no Acre, depois de cortar todos os afluentes setentrionais do Amazonas e transpor o próprio Solimões, na altura de Benjamin Constant.

A Perimetral Norte percorrerá os Estados do Pará, Amazonas e Acre, bem como os Territórios do Amapá e Roraima, ao longo de terras virgens, quase desconhecidas, formadas por planícies, serras e várzeas, espigões e vales, florestas e campos naturais.

Com as obras dessa longa e importante rodovia, obras que serão iniciadas em curto prazo, logo no

ano vindouro, empreende-se o desbravamento do setentrião brasileiro, na parte situada ao norte do rio Amazonas, território cuja superfície quase iguala a soma das áreas dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Comprova-se, assim, mais uma vez, que, para o Brasil, ainda não chegou o tempo do mundo finito, cabendo-nos o privilégio de incorporar, a cada passo, novos e imensos espaços, praticamente vazios, ao nosso patrimônio econômico.

Entre as grandes migrações, que a História registra, talvez nenhuma exceda, em nossos dias, a das populações rurais para os centros urbanos, cujo crescimento, em muitos casos vertiginoso, acarreta, nas grandes metrópoles, os mais tormentosos problemas, agravados, paradoxalmente, pelo progresso técnico, notadamente dos meios de transporte.

Expandindo-se horizontal e verticalmente, concentrando no seu âmbito populações inumeráveis, com inumeráveis veículos automotores para lhes servir à necessidade de locomoção, a cidade moderna, a partir de certo ponto, ameaça entrar em colapso, pelo estrangulamento das suas vias de circulação.

A esse grave problema, que preocupa a administração pública em quase todos os quadrantes da Terra, cumpre que se procure, também entre nós, remédio imediato, sob pena de chegarmos brevemente, pelo congestionamento das vias públicas, em nossas maiores cidades, às raias do intolerável.

Para atender, pois, a esse inadiável imperativo, institui o Governo, hoje, o Programa Especial de Vias Expressas — PROGRES — que terá por fim desafogar o tráfego nas zonas urbanas, mediante sistema que conjugue a rede viária das grandes cidades e a

rede rodoviária nacional, facilitando, entre uma e outra, o fluxo dos transportes.

Não conflita o novo programa, agora lançado, com o futuro estabelecimento de regiões metropolitanas, porquanto os projetos de vias expressas, que o PROGRES efetuará, serão elaborados com audiência das entidades políticas e administrativas que na gestão dessas regiões terão de participar.

Da nossa capacidade para aumentar substancialmente o volume das exportações depende, em grande parte, a manutenção do nosso ritmo de crescimento econômico. Releva, por isso, que se continue, de um lado, a estimular a criação de riqueza, em todos os setores, e a promover, de outro lado, obras de infra-estrutura, que facilitem o escoamento da produção até os terminais marítimos de embarque, possibilitando-nos, pela redução dos custos, competir, em melhores condições, no comércio exterior.

Diante disso, para imprimir impulso mais vigoroso aos grandes projetos portuários, ferroviários e de armazenamento, inseridos na primeira fase do Programa de Corredores de Exportação, autorizo agora o início da segunda fase desse programa, no qual se investirão, aproximadamente, três bilhões de cruzeiros.

No quadro dessas iniciativas governamentais, destinadas a influir extraordinariamente na vida do País, desejo que se inclua também Programa de Apoio à Indústria Básica do Nordeste. Nesse programa deverão ser empregados, anualmente, quatrocentos milhões de cruzeiros, mediante a abertura de créditos para antecipar recursos a projetos prioritários, apoiados por incentivos fiscais e garantir, desse modo, o rigoroso cumprimento dos cronogramas que hajam sido estipulados.

Continuando a responder, dessa forma, com lucidez, objetividade e coragem, às imposições de uma nação que toma consciência de sua grandeza, o regime cumpre fielmente a missão histórica, que assumiu, de abrir novos horizontes ao nosso universo econômico, social e político.

(Pronunciamento perante o Ministério, no Palácio do Planalto, a 30 de outubro de 1972).

ÍNDICE DE NOMES E DE ASSUNTOS

A

AGRICULTURA — A estrutura do nosso sistema agrário e a necessidade de reformulação — 33.

ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) — 19.

ALMEIDA (Antônio José de) — Tribuno português que representou seu país nas comemorações do Centenário da nossa Independência, em 1922 — 84.

AMIZADE — Longa e indestrutível amizade que une Brasil e Argentina — 13 e 19.

ANDRADA E SILVA (José Bonifácio de) — E a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça — 71.

ARGENTINA — Relações entre Brasil e Argentina — 13/14; ... Visita ao Brasil do Presidente Lanusse — 13/22.

ASSISTÊNCIA — Deficiência no atendimento médico, sanitário e farmacêutico, que se faz urgente remediar — 33.

B

BOLÍVIA — Encontro do Presidente Médici com o Presidente Banzer — 39/42.

BRASIL — Relações entre Brasil e Argentina — 13/14 e 19; ... Relações entre Brasil e Bolívia — 39/42; ... «Fiel ao princípio da autodeterminação e da não-intervenção, reafirma o Brasil o estrito respeito à soberania dos outros povos e o impostergável direito de ver respeitada a sua própria soberania.» — 40; O Brasil e sua posição no plano internacional — 112.

BUZAID (ALFREDO) — Ministro da Justiça — 78.

C

CIDADE — As migrações das populações rurais para os centros urbanos e os problemas de congestionamento das vias públicas das grandes metrópoles — 114.

COLETIVIDADE — «Importa, de outra parte, que guardem o valor cívico necessário para arrostar a conspiração dos interesses contrários ao bem público e fazer com que vinguem, em todos os casos, os interesses da coletividade.» — 113.

CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS — e os aumentos de custos — 31.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL — Diretrizes ao CMN — 99/103.

COOPERAÇÃO — O espírito de cooperação entre os governos do Brasil e da Bolívia — 40; ... Maior comércio e maior cooperação econômica com a Bolívia — 41.

CORREÇÃO MONETÁRIA — «No campo da política econômico-financeira, o estabelecimento da correção monetária, em termos amplos, se situa entre as realizações positivas e marcantes do Governo da Revolução.» — 99; ... «... extremamente eficaz como instrumento de defesa contra as conseqüências negativas da inflação.» — 99; ... Nova revisão das normas que regulam a incidência da correção monetária — 100; ... «... providências imediatas para que os índices de correção monetária se aproximem o mais possível dos níveis efetivamente verificados na redução dos índices de preços internos.» — 100.

CORUMBÁ — Cidade do Mato Grosso, tradicional ponto de encontro entre brasileiros e bolivianos — 39.

CRUZEIRO DO SUL — Cidade do Acre, ponto extremo da rodovia Perimetral Norte — 113.

D

DEMOCRACIA — «... o dever imposto pelo ideal de criar, na sociedade brasileira, uma democracia humanista, que mobilize convenientemente a solidariedade social para dar a cada um aquilo a que, por natureza, tenha título.» — 78.

DESENVOLVIMENTO — O excepcional progresso registrado quanto ao desenvolvimento econômico e as dificuldades que cumpre superar — 31/32; ... «Cuidando da segurança econômica, empenha-se o Governo, com dinamismo e eficiência, em promover, por todas as formas, a prosperidade da Nação, colhendo, nessa jornada, os resultados mais significativos.» — 75.

DEUS — A quem devemos agradecer "a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana...» — 49; ... «Peço a Deus que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança em que estamos todos empenhados, em proveito do desenvolvimento fundado na justiça social.» — 93.

DIÁLOGO — «Desde o seu acesso, quase simultâneo, à vida independente, Brasil e Argentina atuam, conjuntamente e com firmeza, em diálogo ininterrupto, para a solução dos problemas comuns e pelo progresso harmonioso da comunidade latino-americana.» — 19; ... «Mudando os temas do diálogo, não mudou, todavia, ao longo dos anos, o clima de harmonia entre o Brasil e a Argentina...» — 20.

DOM PEDRO I — Chegada ao Brasil dos restos mortais — 55/65; ... Condução da urna funerária até o altar do Ipiranga — 85; ... O recebimento e a peregrinação dos despojos do nosso primeiro Imperador — 92.

E

ECONOMIA — Os resultados colhidos no campo econômico-financeiro e os quatro anos consecutivos das taxas de crescimento — 28; ... «os frutos da política brasileira, no setor econômico, não emanam de experiência ocasional...» — 28;

... O entendimento e a ajuda recíproca no campo econômico, no âmbito das grandes comunidades regionais — 40; ... «Cuidando da segurança econômica, empenha-se o Governo, com dinamismo e eficiência, em promover, por todas as formas, a prosperidade da Nação, colhendo, nessa jornada, os resultados mais significativos.» — 75; ... Os processos pelos quais se instaura, gradualmente, entre nós, a segurança econômica... — 76; ... «Junto com a segurança econômica, que procede essencialmente da humanização da economia, fortalece o Governo, cada vez mais, a segurança social...» — 76; ... «Combatendo, com a maior energia, o surto inflacionário, a fim de conter, cada vez mais, a alta de preços e o aumento do custo de vida, preocupa-se o Governo, ao mesmo tempo, em fazer com que o nosso rápido crescimento econômico seja acompanhado por melhor distribuição de rendas, assim entre as pessoas, como entre as regiões do País.» — 101; ... «... a economia cresce em ritmo palpitante, criando melhores condições para que se avance no sentido de garantir a todos o mínimo vital e para que se assegure aos brasileiros maior participação nos frutos do desenvolvimento...» — 110.

EDUCAÇÃO — A pobreza e o baixo nível educacional nas áreas rurais — 32; ... A erradicação do analfabetismo e o aperfeiçoamento e difusão do ensino, como fatores da distribuição mais justa da renda — 32; .. «... a educação, em todos os ciclos, registra índices surpreendentes, elevando o nível do nosso potencial humano.» — 110.

ESTABILIDADE — Clima de estabilidade que habilita a olhar com justificado otimismo para o futuro — 111.

ESTATUTO (da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses) — «Coroamento de processo evolutivo que remonta aos primeiros anos de nossa independência» — 62; ... «Esse documento traduz, com rara felicidade, na sua inspiração e estrutura, a natureza especial dos vínculos que nos unem» — 63; ... «Pelo Estatuto de Igualdade, brasileiros e portugueses não perdem as respectivas nacionalidades, não adquirem outra nem passam a ter dupla nacionalidade.» — 63/64.

ÊXITOS — «Os êxitos conquistados, ao longo destes últimos anos, não constituem, por certo, merecimento tão-somente dos responsáveis políticos e administrativos pela modernização de nossas estruturas econômicas e sociais...» — 111.

EXPORTAÇÃO — Segunda fase do Programa Corredores de Exportação — 115.

G

GOVERNO — Como agente de modernização das estruturas sociais e a necessidade de transformar-se... — 72/73; ...Quadro político em que o Governo realmente governe, insensível a outras injunções que não as da impessoalidade e justiça de seus atos — 73; ... O Governo não abdica das prerrogativas ou poderes que lhe foram atribuídos — 75; ... «Cuidando da segurança econômica, empenha-se o Governo, com dinamismo e eficiência, em promover, por todas as formas, a prosperidade da Nação, colhendo, nessa jor-

nada, os resultados mais significativos.» — 75; ... «Sabe o Governo, por outra parte, que tem a seu lado a opinião pública e que, pela eficiência revelada no transformar os seus planos em realidade, está preparado para não frustrar as justas expectativas que nele se depositam.» — 77; ... «Sem procurar, de modo preconcebido, a originalidade, porém buscando sempre as fórmulas mais convenientes ao interesse do País, os governos da Revolução, atentos embora à experiência cultural de outros povos, não vacilam em perfilhar soluções próprias para os problemas brasileiros, quando melhor atendam às nossas peculiaridades.» — 111.

H

HISTÓRIA — «Estamos decididos a ser protagonistas da História, participar plenamente das decisões mundiais que possam afetar o nosso destino...» — 21; ... «Certo de que a História deve ser entendida como um processo de mudança, valendo as lições do passado para iluminar os rumos do porvir, quisera, neste fecho do Dia do Sesquicentenário, que todos refletíssemos sobre o nosso tempo e os tempos vindouros.» — 92.

I

INDEPENDÊNCIA — «Estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um.» — 48; ... A Independência como processo sempre em marcha — 48; ... Fomos beneficiários do patriotismo daqueles que fizeram a Independência — 92.

INFLAÇÃO — Obstáculos a vencer, entre os quais a persistência — se bem que em grau consideravelmente reduzido — da chaga inflacionária — 29; ... A política governamental de ataque à inflação de maneira gradativa — 29; ... Esforços para reduzir a inflação — 30/31; ... A inflação e a correção monetária — 99; ... «O acentuado aumento, nos últimos anos, do domínio exercido pelo Governo sobre a inflação permite antecipar para o corrente ano crescimento mais moderado dos preços internos, perante a conjuntura internacional, abrindo-se perspectivas ainda melhores para o próximo ano.» — 100; ... O combate ao surto inflacionário e a distribuição de rendas — 101; ... «O Brasil vence, irresistivelmente, a batalha da inflação, que, por todos os quadrantes da Terra, grassa de modo irreprimível como um dos maiores flagelos das economias modernas...» — 110.

INTEGRAÇÃO — «... para o Brasil ainda não chegou o tempo do mundo finito, cabendo-nos o privilégio de incorporar, a cada passo, novos e imensos espaços, praticamente vazios, ao nosso patrimônio econômico.» — 114.

INTERESSES — «Importa, de outra parte, que guardem o valor cívico necessário para arrostar a conspiração dos interesses contrários ao bem público e fazer com que vinguem, em todos os casos, os interesses da coletividade.» — 113.

IPIRANGA — O Cerco do Porto e o Grito do Ipiranga — os

dois maiores momentos da vida de Dom Pedro I — 56.

J

JUSTIÇA — O nascimento da nacionalidade sob o signo da justiça — 71; ... «... o regime vigente modifica e corrige, em permanente processo de institucionalização, as linhas do nosso ordenamento jurídico...» — 74; ... «Vinculado ao regime jurídico assim instituído, regime cuja alteração, nos seus traços capitais, não posso admitir, a qualquer pretexto, não posso tolerar, também, a qualquer pretexto, violação das regras legais que o compõem.» — 74.

JUSTO (Ex-Presidente argentino) — 20.

L

LEGALIDADE — «Ao cumprimento exato e pontual das obrigações ou deveres, públicos ou privados, impostos pela ordem jurídica, há de corresponder, no regime de legalidade, a que nos achamos subordinados, o exercício regular das faculdades ou direitos outorgados, assim aos particulares como aos agentes públicos.» — 74.

M

MACAPÁ — Capital do Amapá, ponto inicial da rodovia Perimetral Norte — 113.

MARCELLO CAETANO (Presidente do Conselho de Ministros de Portugal) — 83/85.

MITRE (Ex-Presidente argentino) — 20.

N

NORDESTE — Programa de Apoio à Indústria Básica do Nordeste — 115.

O

ORDEM NACIONAL DO MÉRITO — 83 e 85.

P

PAÍS — «Um grande país todo dia se renova na imaginação criadora, na coragem e na vontade de seus filhos.» — 93.

PATRIMÔNIO — Planos e programas com vistas a assegurar aos empregados e servidores públicos a formação de patrimônio — 32.

PERIMETRAL NORTE — A decisão de iniciar, em breve, a construção de outra grande rodovia — 113; ... «A Perimetral Norte percorrerá os Estados do Pará, Amazonas e Acre, bem como os Territórios do Amapá e Roraima, ao longo de terras virgens, quase desconhecidas...» — 113.

PIS (Programa de Integração Social) — É a participação dos trabalhadores na renda produzida pelo aumento da eficiência do nosso processo produtivo — 101; ... As quotas de participação do PIS relativas ao primeiro ano de funcionamento — 101/102.

PODER — Problemas oriundos do abuso do poder econômico, que é preciso combater por todas as formas — 33; ... Política e poder, processos para fazer com que, na comunidade social, reinem a ordem e a justiça — 78.

POLÍTICA — A vontade política da Nação e a confiança manifestada em pleitos livres e democráticos pela imensa maioria do eleitorado — 76/77; ... Política e poder, processos para fazer com que, na comunidade social, reinem a ordem

e a justiça — 78; ... «Não basta, pois, manter nos quadros partidários identificados com as instituições os que ora comungam nos ideais revolucionários.» — 112.

PORTO — O Cerco do Porto e o Grito do Ipiranga — os dois maiores momentos da vida de Dom Pedro I — 56.

PORTUGAL — «Afirmando-se, ao longo dos tempos, pelo vigor e audácia de seus filhos, como intimorato protagonista da História, Portugal infunde na alma brasileira a energia da sua capacidade criadora.» — 55; ... «Numa sociedade em rápida transformação, cumpre que Brasil e Portugal se mantenham unidos, a fim de responderem eficazmente ao fascinante desafio de nosso tempo.» — 64.

PROGRES (Programa Especial de Vias Expressas) — que tem por finalidade desafogar o tráfego nas zonas urbanas — 114/115.

PROGRESSO — O País se transforma e moderniza rapidamente, alcançando níveis de progresso que desafogam o presente e asseguram, quanto ao futuro, perspectivas amplamente promissoras — 75.

R

REGIME — «... o regime vigente modifica e corrige, em permanente processo de institucionalização, as linhas do nosso ordenamento jurídico, para que se cumpram, fielmente, os objetivos da decisão política de 31 de março de 1964.» — 74; ... A solidez do regime não se alicerça em normas que sejam tais somente no papel — 74/75; ... «o regime vigente não está a serviço de classe, grupo ou categoria social, senão que se devota, por inteiro, à tutela do interesse comum...» — 77; ... «Conciliando, quanto possível, a mudança com a continuidade, o regime, sem esmorecer o seu ímpeto criador, modifica, pois, incessantemente, as feições da sociedade brasileira, com inalterável prudência, firmeza e realismo.» — 109; ... «No consenso das diferentes classes sociais, que não têm jamais recusado o seu apoio ao conjunto das medidas governamentais, ou, em outras palavras, no aplauso da opinião pública, encontra o regime a pedra de toque da legitimidade que reveste a orientação que vem sendo impressa à nossa vida pública.» — 111; ... O regime e as mudanças no corpo social — 111/112; ... «o regime cumpre fielmente a missão histórica, que assumiu, de abrir novos horizontes ao nosso universo econômico, social e político». — 116.

RENOVAÇÃO — «Um grande país todo dia se renova na imaginação criadora, na coragem e na vontade de seus filhos.» — 93; ... «que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança em que estamos todos empenhados...» — 93.

RESPONSABILIDADE — A responsabilidade dos dirigentes políticos numa sociedade que se torna cada vez mais complexa e exigente — 112.

REVOLUÇÃO — A Revolução de Março e seu compromisso de restituir a ordem e a segurança ao País — 27; ... Os governos da Revolução e a transformação das nossas estruturas

sociais — 28; ... A Revolução e seus resultados no campo econômico-financeiro — 28; ... «É engano pensar-se que o sistema revolucionário pode ser levado a transigir quanto aos seus princípios ou desviar-se do estilo de comportamento, político ou administrativo, que o tem marcado.» — 33/34; ... «... continuarei a ter, por certo, como até agora, total devotamento para que o regime da Revolução prossiga, com a mesma impetuosidade, no caminho que se traçou...» — 78; ... «Pelo seu irrefreável dinamismo, pelo seu caráter eminentemente inovador, a ordem revolucionária, instaurada em 1964, não se deixa definir como revolução simplesmente política.» — 109; ... A Revolução e as transformações estruturais que promove na comunidade brasileira — 109; ... A Revolução, sua atividade saneadora e sua missão de implantar reformas — 109; ... «... os superiores objetivos da Revolução estão sendo metodicamente atingidos...» — 110.

ROCA (Ex-Presidente argentino) — 20.

S

SAN MARTIN (Libertador Dom José de) — Herói máximo da nacionalidade argentina — 12 e 22.

SAENZ PEÑA (Roque) — 20.

SEGURANÇA — A Revolução e o compromisso de restituir ao País a ordem e a segurança — 27 e 28; ... O Governo e seus objetivos concretos e específicos em prol da segurança social, da segurança econômica e da segurança política dos brasileiros — 75; ... «Junto com a segurança econômica, que procede essencialmente da humanização da economia, fortalece o Governo, cada vez mais, a segurança social... — 76; ... A segurança política como fator da segurança econômica e da segurança social — 76.

SESQUICENTENÁRIO — As comemorações do Sesquicentenário da Independência como o encontro da comunidade de todos os brasileiros — 48; ... Brasileiros e portugueses reunidos, em 1972, para celebrar, irmanados, o Sesquicentenário da Independência — 61; ... Mensagem de encerramento das comemorações — 91/93; .. «Que a celebração do Sesquicentenário da Independência seja o sinal do amanhã, a anunciação e o frêmito da verdadeira paz, o limiar da aberta claridade.» — 93; ... «que as motivações do Sesquicentenário sejam inspiração permanente para a obra de renovação e mudança em que estamos todos empenhados...» — 93.

SOBERANIA — «Fiel ao princípio da autodeterminação e da não-intervenção, reafirma o Brasil o estrito respeito à soberania dos outros povos e o impostergável direito de ver respeitada a sua própria soberania.» — 40; ... «... a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia...» — 47.

SOCIEDADE — «Numa sociedade, qual a contemporânea, em período de rápida transição, é imperioso, sobretudo, que os responsáveis pelo regime conservem aguçada a inteligência do nosso tempo... — 112.

SUCESSÃO — A abertura extemporânea do debate sucessório — 33; ... «Somente na segunda metade do ano vindouro os Partidos terão de definir-se quanto à sucessão presidencial, estando bem mais longe a data em que serão chamados a pronunciar-se acerca da sucessão na esfera estadual.» — 33.

T

TECNOLOGIA — Acelerar a revolução industrial e apressar o pleno ingresso na revolução tecnológica do nosso tempo — 21; ... As transformações que se operam na sociedade sob o império do progresso científico e tecnológico obrigam o poder publico a contínua revisão da sua estrutura e dos seus metodos de ação — 72.

TELECOMUNICAÇÕES — «... o sistema de telecomunicações já alcança todo o território nacional...» — 110.

THOMAZ (Américo Deus Rodrigues) — Presidente de Portugal, sua visita ao Brasil — 55/65; ... Estadista de visão ampla e coração largo e amigo do Brasil — 62; ... Sua inesquecível e grata visita — 85.

TIRADENTES — Nosso maior herói e patrono cívico da nação brasileira — 47; ... «... o guia iluminado e consciente, o herói popular que a Revolução de março consagrou como o patrono cívico da nação brasileira.» — 91.

TRANSPORTES — «... a rede de transportes se expande em proporções gigantescas, aproximando os centros de produção e comércio...» — 110.

TRATADOS — da Bacia do Prata — 19; ... de Vinculação Ferroviária, entre Brasil e Bolivia — 42; ... de Paz, Amizade e Aliança, de 1825, e sua cláusula que preveria discriminações entre os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal — 63; ... da Amizade e Consulta, de 1953, pelo qual se reconheceu a comunidade luso-brasileira — 63.

TRANQÜILIDADE — O vasto programa governamental será ameaçado se vier a quebrar-se o clima de tranqüilidade em que vive o País — 33.

U

UNIDADE — Planos e programas para fortalecer a unidade nacional — 32; ... A unidade espiritual de Brasil e Portugal — 61; ... A unidade de propósitos entre governantes e governados — 111.

SUMÁRIO

	Págs.
Visita fraterna	9
Os temas do diálogo	15
A irredutível fidelidade	23
Espírito aberto	35
O grande ato	43
Retorno ao solo	51
Ideal comum	57
Sob o signo da justiça	67
Testemunho de reconhecimento	79
O sinal do amanhã	87
Diretrizes ao Conselho Monetário Nacional	95
Ímpeto criador	105
Índice de nomes e de assuntos	117

A segunda edição deste livro foi composta e impressa no Departamento de Imprensa Nacional, em agosto de 1973, para a Secretaria de Imprensa da Presidência da República.